

Amigos concurseiros,

Tendo em visto a iminência da realização de mais um concurso para a Secretaria de Fazenda do Estado RJ (SEFAZ/RJ), vamos analisar as questões de Administração Pública que caíram na prova de 2007 e, brevemente, analisaremos as de 2008.

Como a disciplina Administração Pública tem sido cada vez mais recorrente em concursos públicos, cremos que esta breve abordagem poderá, também, ajudar concurseiros que buscam outros cargos.

Administração Pública (Banca FGV)

61. Segundo a abordagem gerencial da administração pública, o núcleo estratégico de um governo deve lançar mão de instrumentos tradicionais (leis e políticas públicas, por exemplo) para o controle da administração pública. Adicionalmente, um novo instrumento também deve ser implementado para o controle e elaboração de indicadores de produtividade da gestão pública. Assinale-o.

- (A) governança pública
- (B) *accountability*
- (C) contrato de gestão
- (D) publicização
- (E) plano de carreiras

67. A administração pública societal busca um novo modelo de desenvolvimento baseado, por exemplo, em uma visão deliberativa e participativa da democracia. Emerge, então, a importância do formato e da dinâmica institucionais que possibilitem a transformação das relações entre Estado e sociedade. Assinale a alternativa que contém exemplos de novos arranjos institucionais segundo o modelo societal.

- (A) as Agências Reguladoras Independentes e os Fóruns Temáticos
- (B) os Fóruns Temáticos e os Conselhos Gestores de Políticas Públicas
- (C) os Conselhos Gestores de Políticas Públicas e as Auditorias Operacionais
- (D) as Auditorias Operacionais e o Orçamento Participativo
- (E) o Orçamento Participativo e o Governo Eletrônico

73. A abordagem da administração pública gerencial surgiu na segunda metade do século XX como uma resposta à insatisfação em diversos setores com relação à administração pública burocrática. Nesse sentido, a administração pública gerencial:

- I. é principalmente orientada para os processos;
- II. é principalmente orientada pelo princípio da descentralização administrativa;
- III. é principalmente voltada para o controle de desempenho;
- IV. é auto-referente.

Analise os itens acima e assinale:

- (A) se apenas os itens II e III estiverem corretos.
- (B) se apenas os itens I e IV estiverem corretos.
- (C) se apenas os itens I e II estiverem corretos.
- (D) se apenas os itens III e IV estiverem corretos.
- (E) se todos os itens estiverem corretos.

76. Na administração pública, pode-se encontrar dois tipos de controles responsáveis pela fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas. Os poderes responsáveis pelos tipos de controle interno e externo, respectivamente, são:

- (A) Legislativo e Executivo.
- (B) todos os Poderes e Legislativo.
- (C) Executivo e Judiciário.
- (D) Executivo e todos os Poderes.
- (E) Executivo e Legislativo.

GABARITOS e COMENTÁRIOS

Questão 61 – Gabarito C

O núcleo estratégico do governo, segundo a concepção da gerencial da administração pública, é o setor do Estado no qual as decisões políticas são tomadas. Trata-se do topo da pirâmide governamental.

Em relação ao controle exercido pelo núcleo estratégico do Estado, dentre as opções ofertadas pela questão em tela, o contrato de gestão é uma das formas de descentralizar e controlar atividades de interesse do Estado que são realizadas pelo setor privado - notadamente as organizações da sociedade civil de interesse público - e também pela Administração Pública direta e indireta. No primeiro caso, o contrato de gestão é o instrumento que estabelece o vínculo entre o privado e o público, cabendo ao particular exercer suas atividades com autonomia, porém, observando os parâmetros contratuais. Ao poder público cabe o investimento, supervisão e controle dos fins propostos. No segundo caso, o contrato de gestão, realizado “dentro” do Estado (administração direta ou indireta), ganhou *status* constitucional e é tido como uma das formas de desburocratização da Administração Pública.

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)](#)

§ 8º A autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato, a ser firmado entre seus administradores e o poder público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade, cabendo à lei dispor sobre: [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)](#)

I - o prazo de duração do contrato;

II - os **controles** e critérios de avaliação de desempenho, direitos, obrigações e responsabilidade dos dirigentes; **(grifo nosso)**

Vamos verificar os outros itens da questão:

- **Governança pública** – O sentido dessa expressão, embora sofra algumas variações de acordo com o contexto na qual está inserida, pode ser explorado como sendo a forma pela qual o governo administra seus recursos técnicos, sociais e econômicos;
- **Accountability** – Termo sem tradução direta para a língua portuguesa, tem a ver com prestação de contas do governo perante a sociedade.
- **Publicização** – É a palavra que designa a transferência dos serviços públicos, considerados não-exclusivos, da órbita do Estado para o chamado setor público não-estatal, como no caso das organizações sociais.
- **Plano de carreiras** – Este é o item mais absurdo da questão, tendo em vista que plano de carreiras nada tem a ver com controle, e sim com gestão de pessoal.

Questão 67 – Gabarito B

A administração pública societal, tema central da obra “Por uma nova gestão pública” da professora Ana Paula Paes de Paula, é caracterizada pela autora como uma forma de *“criar organizações administrativas efetivas, permeáveis à participação popular e com autonomia para operar em favor do interesse público. Trata-se de estabelecer uma gestão pública que não centraliza o processo decisório no aparelho do Estado e contempla a complexidade das relações políticas, pois procura se alimentar de diferentes canais de participação, e modelar novos desenhos institucionais para conectar as esferas municipal, estadual e federal.”*

Exceto, obviamente, a opção B, a questão propõe alguns arranjos institucionais que se afastam do conceito acima, vejamos:

Na opção A, o erro ocorre em Agências Reguladoras, visto que as agências são estruturas de dentro do próprio Estado, portanto, não partem da sociedade.

A opção B, correta, relaciona os **Fóruns Temáticos** que são um *“espaço para discussão e confronto de idéias, deixando que os participantes tenham acesso a um mesmo conjunto de informações e possam se solidarizar em relação aos problemas e necessidades de seus pares.”* (Paula, Ana P. P., 2005); e os **Conselhos Gestores de Políticas Públicas** que são considerados, pela já citada autora, como uma parte das reformas do Estado em termos culturais, institucionais e deliberativos. É uma instância que tem um papel deliberativo notável na agenda de políticas públicas.

A opção C peca ao relacionar Auditoria Operacional, que nada mais é do que uma técnica de tomada de contas da gestão pública efetivada pelos órgãos de controle interno e/ou pelos tribunais de contas.

No item D temos o mesmo erro: Auditoria Operacional. Contudo, nesta opção, é relacionado um outro arranjo que pode ser enquadrado no tema da questão. Estamos falando do Orçamento Participativo, que é uma instância refletiva do desejo da população quando da elaboração dos planos orçamentários que direcionarão os gastos e investimentos públicos.

O erro da letra E está em governo eletrônico, tendo em vista que, muito mais do que uma forma de participação social, trata-se de um mecanismo de transparência na administração pública.

Questão 73 – Gabarito A

O erro do item I está em atribuir à administração gerencial o vetor dos processos, quando na verdade esta é uma característica típica do modelo burocrático;

O item II, correto, é um dos pilares da administração pública gerencial, pois a descentralização é uma forma de tornar mais ágil e eficiente os serviços públicos ou de caráter público.

O item III, correto, está diametralmente oposto ao item I. Percebam que a partir da implantação do modelo gerencial os fins substituíram os meios. Dessa forma, ao invés de se preocupar com os formalismos e processos excessivos, a ênfase voltou-se para os resultados.

O item IV propõe que a administração gerencial é auto-referente, tal afirmação é equivocada na medida em que a concepção gerencial é voltada para o cliente-cidadão, não sendo, por isso, um fim em si mesma, tal qual a administração do tipo burocrática inspirada nas teorias de Max Weber.

Questão 76 - Gabarito B

Talvez a questão mais simples de administração pública. Uma rápida olhada no art 70 da Constituição da República Federativa do Brasil é suficiente para dirimir quaisquer dúvidas, senão vejamos:

Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo **Congresso Nacional, mediante controle externo**, e pelo sistema de **controle interno de cada Poder**.
(Grifei)

O único perigo da questão é o candidato se deixar seduzir pelos sistemas, mais conhecidos, do Executivo e do Legislativo, não lembrando de que o Judiciário também possui um sistema de controle interno.

Bons estudos, força e determinação!!!